

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - MDHC

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (CONATRAE)

1 No dia trinta de agosto de dois mil e vinte e três, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e no
2 Edifício Parque Cidade Corporate - SCS Quadra 09, Torre A, 10º andar - Sala de Reunião Plenária -
3 Asa Sul, Brasília-DF, foi realizada a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Erradicação do
4 Trabalho Escravo (CONATRAE). Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Andréia
5 Figueira Minduca, Coordenadora-Geral de Combate ao Trabalho Escravo – MDHC e Secretária
6 Executiva da CONATRAE; Cátia de Araujo Silva, Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho
7 Escravo (CGCTE/MDHC); Francisco Coullanges Xavier, Ministério do Desenvolvimento e
8 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Isadora Brandão Araújo da Silva, Secretária
9 Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos/MDHC e Coordenadora da CONATRAE;
10 Luciana Helena Conceição de Souza, Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo
11 (CGCTE/MDHC); Luís Henrique Ramos Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Kátia de
12 Carvalho Cavalcanti, Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE/MDHC); e
13 Maria Teresa, Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE/MDHC).
14 Representantes de Entidades Privadas Não Governamentais: Carlos Eduardo Chaves Silva,
15 Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais (CONTAR); Luiz
16 Fabiano de Oliveira Rosa, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Patrícia Pereira
17 Sant’Anna, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Xavier
18 Jean Marie Plassat, Comissão Pastoral da Terra (CPT). Membros Observadores: Antônio Carlos de
19 Mello Rosa, VERITÉ; Edmundo Lima, ABVTEX; Fernanda Carvalho, GEFEMS; Frederico
20 Fornaziere, CAMI; Giuliano Campos Farias, NETP/SP; Laura Diaz, OIT; Luciana Loureiro, ANPR;
21 Luciano Aragão Santos, MPT; Lys Sobral Cardoso, MPT; Italvar Felipe de Paiva, MPT; João
22 Daldegan, SINDPFA; Ludmila Paiva, Cáritas/RJ; Leonardo, PRF; Marina Cunha Sampaio, MTE;
23 Paola Gersteiz, Inpacto; Vera Jatoba, SINAIT; Tatiana Simonetti, MPT. COETRAEs: Manoela

24 Carneiro Roland, COETRAE/RS; Leticia Nunes, COETRAE/DF. Outros participantes: Thaiany
25 Motta, Projai/RJ; Yasmim França, Projai/RJ. Dando início aos trabalhos, seguiu-se ao Item 1.
26 Abertura: A Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva, Coordenadora da CONATRAE, realizou a
27 abertura da reunião cumprimentando e dando boas-vindas a todos. Verificada a existência de quórum,
28 apresentou a pauta proposta, que estava composta pelos seguintes itens: 1. Abertura (Coordenação da
29 CONATRAE); 2. Aprovação da Ata de Reunião Ordinária de 29/03/2023 (CGCTE); 3. Aprovação
30 da Ata da Reunião Extraordinária de 19/05/2023 (CGCTE); 4. Aprovação da Ata de Reunião
31 Ordinária de 31/05/2023 (CGCTE); 5. Alteração do Decreto de Composição da CONATRAE,
32 inclusão do Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura e ampliação de representações da
33 Sociedade Civil (MDS); 6. Encontro Nacional das COETRAES e 20 anos da CONATRAE (CGCTE);
34 7. Informes: a) Solicitação de participação na CONATRAE como membro observador; b) GD do
35 Trabalho Escravo Doméstico; Oficina de Diretrizes para Elaboração do III PNETE; c) Informações
36 sobre o Grupo Técnico de Trabalho (GTT) Trabalhadores Rurais Empregados; e 8. Encerramento.
37 Antes de iniciar a apreciação dos itens de pauta, informou sobre a solicitação de participação na
38 CONATRAE como membro observador enviada pelo Sindicato Nacional dos Peritos Federais
39 Agrários (SINDPFA) e estava presente o Sr. João Daldegan como seu representante. Concedida a
40 palavra, o Sr. João Daldegan cumprimentou a todos e externou a satisfação do SINDPFA pelo
41 atendimento da solicitação, uma vez que era muito importante essa participação tendo em vista que
42 o Sindicato compunha o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que
43 trabalhava diretamente com as questões agrárias do campo. Discorreu que a carreira de perito federal
44 agrário cumpria o art. 186 da Constituição Federal que tratava da verificação da função social da
45 propriedade, entre elas, a condição do trabalho e informou que o Sr. Valencio Flores também
46 acompanharia as reuniões. A Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva agradeceu pela manifestação e
47 informou também sobre a participação de dois novos representantes do Ministério Público do
48 Trabalho (MPT), concedendo-os a palavra. O Sr. Luciano Aragão Santos cumprimentou os presentes
49 e relatou que sentia honrado em representar o MPT nesse Colegiado. A Sra. Tatiana Simonetti
50 cumprimentou a todos e arrazoou que tinha atuação no combate ao trabalho escravo, colocando-se à
51 disposição. A Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva agradeceu a participação e a dedicação dos

52 membros do MPT que estavam deixando a CONATRAE e, em seguida, passou-se ao Item 2.
53 Aprovação da Ata de Reunião Ordinária de 29/03/2023 (CGCTE), Item 3. Aprovação da Ata da
54 Reunião Extraordinária de 19/05/2023 (CGCTE) e Item 4. Aprovação da Ata de Reunião Ordinária
55 de 31/05/2023 (CGCTE). O Sr. Xavier Jean Marie Plassat, Comissão Pastoral da Terra (CPT),
56 solicitou que fossem incluídos os sobrenomes do Sr. Rafael Garcia, representante do MPT e da Sra.
57 Cláudio Sequina, representante da ANAFITRA na Ata de Reunião Ordinária de 31/05/2023 e
58 comentou que havia um equívoco em relação à Lei Francesa 2013-711 de 5 de agosto de 2013, uma
59 vez que não tratava do dever de vigilância e visava harmonizar a legislação francesa em relação a
60 várias normas europeias. Discorreu que a lei do dever de vigilância era de 2017. A Sra. Patrícia Pereira
61 Sant'Anna, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), observou
62 que na Ata de Reunião Ordinária de 31/05/2023 estava indicada a presença do Sr. André Doster,
63 todavia, já estava presente em sua substituição. Acatadas as retificações propostas, as atas
64 supracitadas foram aprovadas à unanimidade. Na sequência, passou-se ao Item 5. Alteração do
65 Decreto de Composição da CONATRAE, inclusão do Ministério da Saúde e Ministério da
66 Agricultura e ampliação de representações da Sociedade Civil (MDS). O Sr. Francisco Coullanges
67 Xavier, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS),
68 destacou a importância da inclusão do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura na
69 composição da Comissão para sua ampliação e enriquecimento. A Sra. Isadora Brandão Araújo da
70 Silva comentou que estavam vivenciando um momento de fortalecimento dos espaços de participação
71 social e inferiu que ampliação da representação era uma discussão importante a ser feita. Abrindo às
72 manifestações, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat recordou que havia a opinião de que a reformulação
73 da composição da CONATRAE não era um assunto prioritário a ser tratado, visto que poderia
74 prejudicar o debate de temas mais importantes. Destacou que não poderiam expor a Comissão ao
75 risco de fragilização e, diante da recomposição dos demais colegiados, entendeu que seria bem-vinda
76 a proposta de recomposição. Ponderou sobre a necessidade de manter a paridade entre as
77 representações do governo e da sociedade civil e sobre a importância da participação do Ministério
78 da Saúde, entretanto, inferiu que seria salutar refletir qual seria a CONATRAE a ser reconstruída a
79 fim de que fosse definido o procedimento. Sugeriu que fosse constituído um grupo de trabalho para

80 que fosse apresentada proposta. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva, Confederação Nacional dos
81 Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais (CONTAR), deu boas-vindas aos novos membros
82 do MPT e agradeceu os membros que estavam deixando a CONATRAE pelo trabalho realizado e
83 concordou com a manifestação do Sr. Xavier Jean Marie Plassat, já que havia uma série de análises
84 que precisariam ser realizadas, principalmente, considerando as representações e a garantia de um
85 espaço seguro. A Sra. Manoela Carneiro Roland, COETRAE/RS, ponderou que a representação
86 deveria ser aproximada ao máximo dos trabalhadores resgatados e a Sra. Patrícia Pereira Sant'Anna
87 discorreu que esse assunto precisaria ser debatido pela diretoria da ANAMATRA para deliberação e
88 alegou que as preocupações levantadas pelo Sr. Xavier Jean Marie Plassat eram as mesmas da
89 Associação, destacando a necessidade de formação de um grupo de trabalho para debater como se
90 daria essa ampliação. O Sr. Frederico Fornaziere, Centro de Apoio Pastoral do Migrante (CAMI),
91 agradeceu o espaço de fala e explanou que o CAMI trabalhava com uma população muito suscetível
92 às condições de trabalho escravo e, muitas vezes, cerceadas de direitos. Pontuou que era muito
93 positiva a integração de outras organizações de base que atuavam com a população vulnerabilizada,
94 assim como das próprias comissões municipais e estaduais de combate ao trabalho escravo. O Sr.
95 Antônio Carlos de Mello Rosa, VERITÉ, entendeu que seria uma boa prática criar um grupo de
96 trabalho para discutir possibilidades para a nova composição e que seria importante que a
97 CONATRAE mantivesse o seu ambiente democrático de construção coletiva com possibilidade de
98 participação fraqueada a pessoas e instituições que não faziam parte da composição inicial. Com a
99 palavra, a Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva esclareceu que a eventual ampliação da Comissão
100 não afastaria a dinâmica existente. O Sr. Luiz Fabiano de Oliveira Rosa, Confederação da Agricultura
101 e Pecuária do Brasil (CNA), arrazoou que, apesar de discordar da alteração da composição da
102 CONATRAE, endossava a manifestação em relação à extensão do Colegiado e à criação de grupo de
103 trabalho para tratar o tema. Externadas todas as opiniões e manifestações, deliberou-se pela
104 constituição de grupo de discussão para elaboração de minuta de decreto referente à composição da
105 Comissão e a outros pontos que mereçam atualização no prazo de três meses, composto por seis
106 membros da CONATRAE (dois representantes governamentais e dois representantes da sociedade
107 civil) e um membro do Sistema de Justiça, sendo: MDS, MDHC, MTE, ANAMATRA, CNA, CPT e

108 MPT. O grupo de discussão será coordenado pelo MDHC. Na sequência, passou-se ao Item 6.
109 Encontro Nacional das COETRAEs e 20 anos da CONATRAE (CGCTE). A Sra. Andréia Figueira
110 Minduca, Coordenadora-Geral de Combate ao Trabalho Escravo – MDHC e Secretária Executiva da
111 CONATRAE, antes de tratar do referido item de pauta, passou a palavra aos representantes do MPT.
112 O Sr. Italvar Felipe de Paiva, Ministério Público do Trabalho (MPT), justificou que os representantes
113 do MPT teriam que se ausentar antes do final dessa reunião para participar da cerimônia de
114 recondução do Procurador-Geral do Trabalho e aproveitou o momento para se despedir e agradecer
115 as palavras de todos. A Sra. Lys Sobral Cardoso, Ministério Público do Trabalho (MPT), também se
116 despediu e agradeceu a palavra de todos. Com a palavra, a Sra. Andréia Figueira Minduca realizou o
117 seu agradecimento pessoal aos representantes do MPT que estavam deixando a CONATRAE e deu
118 início ao Item 6 da pauta, comentando que no dia 31 de julho 2023 a CONATRAE completou 20
119 anos de existência. Diante desse fato, explanou que estavam sugerindo comemorar essa data no
120 Encontro Nacional das COETRAEs que seria realizado nos dias 21 a 23 de novembro de 2023 em
121 local a definir e criar um grupo de discussão para discussão da sua programação. Colocaram-se à
122 disposição para participar do grupo de discussão: MDHC, CPT, CONTAR, VERITÉ, COETRAE/DF,
123 GEFEMS. Em seguida, passou-se ao Item 7. Informes: Solicitação de participação na CONATRAE
124 como membro observador. O respectivo informe fora realizado no início da reunião. Passando ao
125 informe sobre o GD do Trabalho Escravo Doméstico, a Sra. Andréia Figueira Minduca notificou que
126 esse GD realizou quatro reuniões até o momento, nas quais foram coletados alguns subsídios e
127 desafios da atuação no enfrentamento do trabalho escravo doméstico, exemplificando. Acrescentou
128 que a construção do plano de trabalho já fora iniciada e será finalizada após o retorno das suas férias
129 para apresentação à Comissão e início da execução das ações e discorreu que estavam sendo
130 formulados dois cursos, o primeiro para capacitação dos atendentes no Disque 100 e o segundo sobre
131 trabalho escravo doméstico voltados para os sindicatos. Seguindo às informações sobre o Grupo
132 Técnico de Trabalho (GTT) Trabalhadores Rurais Empregados, a Sra. Andréia Figueira Minduca
133 recordou que um dos objetivos desse GTT era a recriação do decreto que tratava do Plano Nacional
134 dos Trabalhadores Rurais Empregados. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva informou que a CONTAR
135 demandou do atual governo a retomada da Política Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados

136 criada durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, a qual teve um corte orçamentário durante o
137 governo do Presidente Michel Temer e a revogação de parte decreto que previa a criação de uma
138 comissão nacional pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro. Explicou que esse decreto fora
139 atualizado e recriada a Comissão Nacional de Trabalhadores Rurais Empregados com uma
140 composição diferente da anterior, incluindo o Ministério da Igualdade Racial, a CONATRAE
141 conforme sugestão da CONTAR, a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) e a
142 Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). A Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva
143 agradeceu o esclarecimento e questionou se haveria algum membro da CONATRAE interessado em
144 compor a Comissão Nacional de Trabalhadores Rurais Empregados. A Sra. Andréia Figueira
145 Minduca sugeriu que fossem indicadas a CPT como representante titular e a ANAMATRA como
146 representante suplente da CONATRAE e não havendo manifestações contrárias, as indicações foram
147 aprovadas à unanimidade. Passando ao informe sobre a Oficina de Diretrizes para Elaboração do III
148 PNETE, a Sra. Andréia Figueira Minduca apresentou um breve resgate da Oficina de Diretrizes para
149 elaboração do III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (PNETE), realizada nos dias
150 16 e 17 de agosto de 2022, a qual deu continuidade nas discussões do grupo de trabalho constituído
151 anteriormente e considerou os planos estaduais construídos por três COETRAEs. Informou que, na
152 próxima reunião da CONATRAE, seria colocada para aprovação os encaminhamentos elaborados
153 durante essa oficina. A Sra. Paola Gersteiz, Inpacto, questionou se haveria a previsão de realizar
154 outras reuniões presenciais do grupo de trabalho da oficina em 2023. Em resposta, a Sra. Andréia
155 Figueira Minduca esclareceu que não havia a previsão de reuniões do grupo de trabalho em 2023,
156 uma vez que já foram construídos os pressupostos mínimos para a construção e detalhado um
157 cronograma de execução do III PNETE. Acrescentou que seriam iniciadas as oficinas para a efetiva
158 construção do Plano ainda em 2023, sendo que estava pendente apenas a contratação da consultoria.
159 A Sra. Fernanda Carvalho, GEFEMS, discorreu que o Fundo Global para Erradicar a Escravidão
160 Moderna estava participando da construção do III PNETE e enfatizou a importância de uma escuta
161 ativa, especialmente, de vítimas que passaram pela situação de trabalho escravo. Informou que o
162 Fundo juntamente com outras duas organizações internacionais realizaram em Salvador/BA um
163 encontro com 20 trabalhadores resgatados do trabalho escravo, o qual teve o propósito de refletir

164 sobre possíveis recomendações ao governo brasileiro sob a perspectiva desses trabalhadores
165 resgatados. Ato contínuo, passou-se ao Item 8. Encerramento: Sem mais nada a tratar, a Sra. Isadora
166 Brandão Araújo da Silva agradeceu a participação de todos, encerrando a Reunião Ordinária da
167 CONATRAE.